

O ESTUDO DO SUBSTANTIVO NA PERSPECTIVA SEMÂNTICA

BARROS, Gleide Selma Moraes da Silva
gsmsb@bol.com.br

SÁTIRO, Ana Paula dos Santos
ana.satiro@hotmail.com

OLIVEIRA, Nádia Maria de (Orientadora)
Graduada em Licenciatura Plena/Português, Esp. em tecnologia educacional, prof^a. do
Curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes – UNIT
nadiamot@bol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo mostrar os equívocos e incoerências acerca do ensino de Língua Portuguesa no que refere as questões gramaticais, em especial, os substantivos e suas abordagens baseadas em nomenclaturas, classificações, imposições de regras como verdades absolutas, muita das vezes, sem fundamentos e descontextualizadas. Pretende-se com este trabalho apresentar as reflexões e às contribuições feitas a partir de teóricos como Britto, Antunes, Perini, Possenti, Neves, Mattoso, entre outros, no sentido de desmistificar regras e conceitos ultrapassados que vêm se repetindo ao longo dos anos, como também auxiliar a prática docente para a realização de significantes mudanças em sala de aula com a finalidade de não deixar o aluno distante do ensino reflexivo e crítico da temática abordada.

PALAVRAS-CHAVE: substantivo, tradicionalismo gramatical, incoerências, mudanças.

Educar é, continua sendo e sempre será uma tarefa difícil, árdua, mas prazerosa. Em meio a grandes acontecimentos como os avanços tecnológicos, a globalização, o aumento do volume de informação, enfim, momentos que de uma forma ou de outra interferem no dia-a-dia do indivíduo, principalmente no que diz respeito ao ato de educar. O conceito de educação também sofreu alterações e passou por mudanças ao longo dos anos.

Apesar das contribuições das teorias e das linhas de pensamentos que norteiam a educação no auxílio para elaboração de metodologias inovadoras, ainda são muitos os educadores que estão com suas práticas na forma tradicional e apegados à repetição de conceitos esquecendo-se de que ensinar vai muito mais além e que é preciso buscar estratégias que formem indivíduos capazes de atuar de maneira criativa e competente na sociedade hoje. Para que o processo de ensino-aprendizagem possa ser melhorado de forma efetiva, é fundamental entender as transformações pelas quais passa a educação. Portanto, é necessário que o professor além de verificar erros, reflita constantemente sobre suas práticas, estabeleçam objetivos, também atuem como facilitadores da aprendizagem e não mais só como transmissores de conhecimento.

Os PCNs, documentos que estabelecem diretrizes e propostas para o ensino, têm como um dos objetivos garantir a todo indivíduo, independentemente das condições socioeconômicas, o direito de usufruir conhecimentos necessários para o exercício da cidadania. Ainda de acordo com os PCNs,

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidade pessoal – que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão. De modo geral, os textos são produzidos, lidos e ouvidos em razão de finalidade desse tipo. Sem negar a importância dos que respondem a exigências práticas da vida diária, são os textos que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de forma de pensamento mais elaborados e abstratos, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (MEC, 1997:23)

No entanto, são inúmeras as incoerências praticadas no nosso cotidiano. Assim também acontece com o ensino de língua portuguesa, que apesar de tantos anos de pesquisas acerca de sua abordagem, continua alicerçado no uso da gramática normativa e de suas regras e que também possuem falhas. Assim, pretende-se aqui, mostrar as incoerências gramaticais colocadas em práticas nas escolas como também seus contrastes e equívocos decorrentes do uso exclusivo da gramática normativa no ensino de língua.

Muito se tem falado sobre o ensino de gramática nas escolas e diversas têm sido as reflexões e pesquisas acerca desta problemática por parte de teóricos de várias correntes. Entre eles, há uma grande preocupação quanto ao ensino de gramática da língua portuguesa e suas abordagens prescritivas, repetitivas e ligadas às regras que são impostas aos alunos e que não leva em conta o saber lingüístico prévio dos mesmos.

Diante de inúmeros debates, professores interrogam-se sobre ensinar gramática ou não. E, se ensinar, qual deve ser o tipo de gramática? Como devem ser feitas as abordagens para os alunos? Será que se deve abandonar o uso da gramática ou abandonar o tradicionalismo no ensino de língua portuguesa?

Para condenar ou defender o ensino de gramática, é preciso saber o que é gramática, ou seja, saber sua definição. Há basicamente três concepções para conceituar gramática, que são apresentados a seguir: a primeira define gramática como um conjunto de regras que possibilita a aquisição da norma culta ou padrão para o uso da língua. De acordo com essa concepção, outras variedades da língua como a linguagem oral, são consideradas erro, deformações, desvios, por não seguirem os padrões da norma culta. Portanto, tudo que segue

o padrão é considerado gramatical e o que foge a esse padrão é considerado não gramatical ou agramatical.

Em relação a esse aspecto, NEVES (2004) apresenta de forma clara várias concepções de gramática:

No modelo puro, a gramática como conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua; no modelo descritivo ou expositivo, a gramática como conjunto que descreve os fatos de uma dada língua; no modelo gerativo, a gramática como um sistema de regras que o falante aciona intuitivamente ao falar ou entender sua língua; e assim por diante. NEVES (2004:29)

Gramáticos e Linguistas, mesmo em abordagens contrárias, em sua maioria são unânimes em relatar que um dos objetivos da escola é ensinar o português padrão da norma culta, pois os alunos só terão a ganhar possuindo domínio sobre outras formas de falar e escrever. O que não se deve é ensinar uma no lugar da outra, como afirma Possenti:

O papel da escola não é o de ensinar uma variedade no lugar da outra, mas de criar condições para que os alunos aprendam também as variedades que não conhecem, ou com as quais não tem familiaridade, aí incluída, claro, a que é peculiar de uma cultura mais “elaborada”. É um direito elementar do aluno ter acesso aos bens culturais da sociedade, e é bom não esquecer que para muitos esse acesso só é possível através do que lhes for ensinado nos poucos anos de escola. POSSENTI (1998:83)

O que não é admissível diante de tantas pesquisas é menosprezar e ignorar o saber que o aluno traz consigo ao entrar na Instituição de Ensino. Ainda que não o faça de forma culta e por escrito, o educando se expressa de maneira eficaz. Então é necessário que a escola leve este aluno a desenvolver o seu saber lingüístico prévio, sem impor um padrão que desvaloriza os demais dialetos sociais e sem fazer também exclusão e discriminação dos mesmos. Conforme POSSENTI,

Por mais distante que a linguagem do aluno esteja da variedade padrão, ela é extremamente complexa, articulada, longe de ser um falar rudimentar e pobre (que digam os lingüistas que se dedicam à tarefa de descrever variedades regionais e sociais, ou mesmo a linguagem infantil. (...)) Se atentarmos para o tipo de aprendizado que levou a criança ao domínio de sua variedade lingüística, antes mesmo da experiência escolar, poderemos aceitar sem discussão de detalhes que esse aprendizado se deu pela exposição e participação na fala dos grupos com as quais conviveu. POSSENTI (1998:83)).

Diante dessa realidade são muitas as dificuldades encontradas nas práticas inadequadas e nos métodos de ensino. Ainda de acordo com Perini, no caso específico do ensino de português, nada será resolvido se não mudar a concepção de língua e de ensino de língua na escola. POSSENTI (1998:16)

Sabe-se que muitos educadores não estão preparados para atender às inovações que o ensino de língua exige nos dias de hoje. Os mesmos estão acostumados a repetir regras e presos ao modelo tradicional, por isso, preferem a gramática ao trabalho com textos diversificados e com outras linguagens, que pela exposição constante do aluno ao maior número possível de experiências lingüísticas, seriam boas estratégias de ensinar língua e gramática. "Cabe ao professor desenvolver e planejar atividades que levem o aluno a ampliar suas habilidades como sujeito interlocutor, que fala, ouve, escreve e lê textos. ANTUNES (2003:122). É preciso priorizar a leitura, a escrita, a oralidade, o debate, resumos ao invés de análises e lições de nomenclaturas. No entanto,

Cabe à escola possibilitar o acesso do aluno aos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los; para que o mesmo possa compreender uma informação nova, descrever um problema, comparar diferentes pontos de vista, argumentar a favor ou contra uma determinada hipótese ou teoria. (MEC, 1997:30, 31)

Existem muitas razões para a má qualidade de ensino da língua. De um lado é preciso ter salários mais dignos para os educadores. Do outro, os mesmos precisariam mudar sua forma de ensinar. Ao invés de centrar o ensino somente em nomenclatura gramatical,

segundo Bechara (2002), “o professor deve contribuir para tornar o aluno um poliglota dentro da sua própria língua”. Devendo ser exposto às diversas modalidades da língua para saber utilizá-las de forma adequada em cada uma das situações de uso para que o aluno possa vir a dominar efetivamente o maior número possível de regras, isto é, que se torne capaz de expressar-se nas mais diversas circunstâncias, segundo as exigências e as convenções dessas circunstâncias. (Perini, 1998:83)

É preciso despertar do sono que há muitos anos está sobre as salas de aula. Hoje, os professores já podem contar com vários estudos de inúmeros teóricos a fim de inovar suas práticas em relação ao ensino de língua portuguesa. O que precisa é sair do comodismo de esperar que os problemas se resolvam e busquem uma prática eficiente e mais produtiva. Para isso, necessitam de fundamentação teórica; algo extremamente importante que requer boa vontade em disponibilizar algumas horas do seu tempo para pesquisa, estudo, ou melhor, de muito trabalho, que será recompensado com as mudanças significativas que acontecerão em seu dia-a-dia. Para ANTUNES (2003),

Não pode haver uma prática eficiente sem fundamentação num corpo de princípios teóricos sólidos e objetivos. (...) se nossa prática de professores se afasta do ideal é porque nos falta, entre outras muitas condições, um aprofundamento teórico acerca de como funciona o fenômeno da linguagem humana. (...) Teorias lingüísticas do uso da prosódia, da morfossintaxe, da semântica, da pragmática, teorias do texto, concepções, enfim, acerca do uso interativo e funcional das línguas, é o que pode embasar um trabalho verdadeiramente eficaz do professor de português. (2003:40, 41)

Logo, a prática docente e a forma de utilização do livro didático têm mostrado que cada vez mais esse material está descontextualizado, ou seja, longe da realidade do educando, com isso, percebe-se que a gramática mostra-se imparcial à realidade, logo o aluno não se sente enquadrado nas perspectivas expostas por essa norma culta. ” Uma gramática fragmentada, de frases inventadas, de palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores,

sem contexto, sem função; frases feitas para servir de lição, para virar exercício”. (Antunes, 2003:31).

Sabemos que as várias discussões acerca do livro didático têm surgido devido à ineficiência que o mesmo tem em transmitir conteúdos prontos e sem qualquer reflexão para o aluno além de não mostrar nada inovador à sua realidade, pois em se tratando dos textos que os livros didáticos oferecem, são muitas vezes voltados para uma realidade distante do alunado. Sobre essa abordagem BRITTO (2004) afirma que “... o livro didático é produto do processo de massificação do ensino...”. Nesse contexto, percebe-se o distanciamento que há desse material em relação à classe.

São várias as discussões a cerca da problemática do livro didático nas aulas de português, porém o problema não está somente no material utilizado. De acordo com Perini, existem três fatores responsáveis pela deficiência do ensino de gramática nas escolas “primeiro, seus objetivos estão mal colocados; segundo, a metodologia adotada é seriamente inadequada; e, terceiro, a própria matéria carece de organização lógica”. Diante de tanta deficiência que ocorre nessa disciplina o que podemos esperar dos nossos alunos se os mesmos não se sentem atraídos para o estudo?

São imposições que merecem ser repensadas, contudo a escola tem um papel fundamental na construção do saber, só que, essa instituição encontra-se despreparada juntamente com seus profissionais para atuarem criticamente na análise de certos livros que são apresentados, ao ponto de aceitar a gramática como verdade absoluta na aprendizagem do aluno.

Os conceitos mostrados pela gramática têm por objetivo persuadir o leitor a aceitar a norma padrão vigente adotada por uma elite oportunista e intelectual que despreza o falar da massa popular. Segundo Bagno,

O ensino da gramática normativa mais estrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego à nomenclatura - nada disso serve para formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta. Esforçar-se para que o aluno conheça de cor o nome de todas as classes de palavras, saiba identificar os termos da oração, classifique as orações segundo seus tipos, decore as definições tradicionais de sujeito, objeto, verbo, conjunção etc. - nada disso é garantia de que esse aluno se tornará um usuário competente da língua culta. (Bagno, 2004, p.119).

Com isso, o aluno ao chegar à escola se sente impossibilitado de se expressar da forma que aprendeu na vida e obrigado a decorar diversos conceitos que, muitas vezes na prática, ocorrem contradições com o que antes aprendera no cotidiano escolar. Sendo assim, o corpo docente deve mostrar ao educando a importância da linguagem e o seu desenvolvimento no dia a dia. Sobre esse assunto PERINI (2004) afirma:

Se acrescentarmos que a linguagem, em todos os seus aspectos, permeia a vida social a todo o momento, sendo um fenômeno altamente importante na vida das pessoas, veremos com clareza que a gramática oferece um campo privilegiado para o exercício das atividades de pesquisa. (PERINI, 2004, p.31).

Dessa forma, é preciso mostrar à classe o valor da gramática internalizada para que, através desta, o educando possa construir os conceitos gramaticais os quais serão muito mais prazerosos do que impor regras decorativas. É bem verdade que há uma rede educacional que se chama escola cujo interesse é não contrariar o mercado editorial, pois uma pequena parte da população elitizada que tem todo o poder de manipular a grande massa populacional a qual foi treinada a não pensar em relação a sua língua e aceitar tais conceitos criados por elas, pois:

...elementos constitutivos de uma língua pertencem ao grupo social que fala essa língua, pertencem a seus falantes nativos, e não precisam de guardiães, aliás, novamente, os números voltam a gritar: podem 40 senhores e senhoras 'defender' seu 170 milhões de falantes? Somente uma ideologia ultraconservadora, colonialista e elitista ao extremo é que pode justificar a pretensão de defender o português contra os seres humanos que têm ele como sua própria língua materna!(Bagno, 2004 p.163)

Com isso, ocorre um grande preconceito com a variedade lingüística produzida pelo falante, que para se enquadrar nas exigências da sociedade, precisa aceitar seus preceitos como verdade absoluta. BAGNO em seu livro Preconceitos lingüístico afirma:

“Como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua ‘bonita’”.(2004, p.64).

Nessa perspectiva, os PCNs trazem alguns objetivos para nortear o trabalho de Língua Portuguesa nas escolas, citamos os seguintes:

Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente (grifo meu), sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo função de diferentes objetivos; (PCNs,1997,p.41 e 42).

No entanto, na concepção de gramática normativa existe um leque muito vasto de escritores que a colocam como modelo padrão na formação de escritores da norma culta.

ULISSES INFANTE e PASQUALE no seu livro Gramática da Língua Portuguesa afirmam que “A Gramática que mostra o lado lógico, inteligente, racional dos processos lingüísticos”. Sendo a gramática o livro didático que mostra o lado lógico do processo lingüístico, então como explicar o conceito atribuído ao substantivo? Uma vez que a própria gramática normativa escrita por esses escritores conceitua substantivo como: “a palavra que nomeia os seres”.(1999, p.211) assim, como explicar o termo sociedade, vegetação, senado como sendo seres? Logo, há uma incoerência, ou seja, um paradoxo daquilo que se conceitua com o que realmente é.

Britto (2004), ao criticar a linha de conceito gramatical desses autores afirma que “... a tentativa de autores de manuais escolares, aparentemente sensíveis às críticas que se fazem à gramática tradicional de unir a reflexão moderna com a exposição tradicional da gramática acaba por construir absurdos teóricos, cuja inconsistência é ainda maior do que se encontra compêndios clássicos.”(Brito; 2004:272,273)

O que dá para realmente percebermos é que muitas vezes os alunos, na ânsia em passar no vestibular, em alcançar as melhores notas no ENEM e em concursos, deixam ser levados por regras que muitas vezes não coincidem com os exemplos empregados por tais gramáticas normativas que só fazem ditar regras e conceitos não os contextualizando.

Aceitar todas as regras sem antes avaliar o que está estudando é mostrar à sociedade vigente a deficiência dos nossos alunos ante a aprendizagem. Deixar que nossos alunos construam conceitos pré estabelecidos pelas gramáticas sem se quer analisá-las é além de tudo mostrar que o educando não absorveu o que venha a ser aquele conceito para sua realidade, já que o aluno precisa ser “sujeito da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”.(FREIRE, 1996:29)

É cada vez mais alarmante as incoerências envolvendo os conceitos gramaticais normativos. A gramática é uma ditadora de regras, pelas quais, os alunos são obrigados a decorar sem que tais regras, semanticamente, tenham sentido.

Aprender a distinção de uma classe gramatical da outra, através de exemplos descontextualizados, é mostrar a ineficiência apresentada pelas gramáticas tradicionais. Em se tratando desse assunto, Perini mostra de forma clara o estabelecimento dessa distinção formal

e semântica de estudar conceitos gramaticais: “..., é necessário classificar as palavras quanto a seus traços formais, isto é, quanto ao seu comportamento sintático e morfológico; e também é necessário classificá-las quanto a seus traços de significado”. (2004:313) No entanto, o ensino ao ser passado para a criança torna-se vago e sem funcionalidade concreta.

A gramática defendida por alguns lingüistas e a sua aplicação aos falantes ativos mostra que esse livro didático não pode estar alicerçado em conceitos ultrapassados e sem conexão com a vivência do aluno. Sobre esse assunto Orlandi afirma:

O termo gramática é usado de forma dupla: é o sistema de regras possuído pelo falante e, ao mesmo tempo, é o artefato que o lingüista constrói para caracterizar esse sistema. Em outras palavras, a gramática é ao mesmo tempo um modelo psicológico da atividade do falante e uma máquina que produz frases. (Orlandi, 1986 p.40)

Não se pode esquecer que a língua é um instrumento vivo de qualquer falante e por isso, não se pode rotular normas como verdade absoluta sem antes refletir sobre a função desempenhada no contexto descritivo da língua.

A gramática não deve ser tida como a arte de pensar, mas como a arte de falar, e em que sua origem, a língua não é um instrumento de conhecimento, mas um instrumento de comunicação, veículo de afetos e sentimentos e não da razão e do pensamento (Domingues, 1991:333).

Todo falante tem uma gramática internalizada e estruturada tanto na forma como no significado e que muitas vezes fica desvinculado da norma padrão aplicado nas escolas de hoje. Entretanto, sabemos que essa gramática internalizada não pode ser desprezada e nem tão pouco ser olhada de forma indiferente, tanto no falar como no escrever, pois, dependendo da situação onde essa variedade lingüística está sendo aplicada, o professor deverá avaliar se o emprego da mesma é adequado ao gênero textual em destaque. “O cidadão da nossa era não é

primeiramente uma pessoa que sabe muito, mas antes uma pessoa que sabe pensar por si só. (Perini, 2004 p.29)”.

Sobre os assuntos envolvendo a gramática podem-se notar algumas incoerências envolvendo as classes gramaticais. Perini afirma no seu livro que, “numa gramática tradicional, há muitos tipos de classes e algumas são úteis, ao passo que outras são mais ou menos gratuitas. (2004, p310)”.

Nesse contexto, torna-se claro que certos conceitos trabalhados por esses livros estão desatualizados, ou seja, muitas classes de palavras com funções tão semelhantes no uso da língua. Com isso, a influência dos gramáticos na elaboração desse material é fundamental devido ao domínio que o mesmo possui em conceituar as regras gramaticais, só que, a abordagem expressada por eles tem mostrado certo descaso à função primordial do uso da gramática na língua. “O problema provém em parte da atitude dos gramáticos, que não se preocupam em justificar previamente as classificações propostas, contentando-se em repetir o que a tradição fornece (Perini, 2004 p.311)”.

Na *Gramática Descritiva do Português* podemos notar certas críticas ao trabalho desempenhado por esses escritores que muita das vezes, sabendo de todo o processo desenvolvido por vários lingüistas como: Dionísio, Saussure, Chomsky e outros não procuram ter o cuidado de abordar esses conceitos pautados no sistema de regras interiorizados pelos falantes, contudo, só fazem repetir normas sistematicamente do mesmo jeito. “O estudo de gramática pode ser um instrumento para exercitar o raciocínio e a observação; pode dar a oportunidade de formular e testar hipóteses; e pode levar à descoberta de fatias dessa admirável e complexa estrutura que é uma língua natural (Perini, 2004 p.31)”.

De acordo com Perini, “a classificação das palavras tem por objetivo agrupar aquelas que têm comportamento gramatical semelhante” sabemos que esse comportamento gramatical é aceito por todos os gramáticos, porém, a aplicabilidade deste na descrição e no significado das palavras é algo crucial a eles. Pois, ao estudar os conceitos das classes de palavras esses escritores não fazem uma distinção entre aspectos formais e aspectos semânticos das palavras.

..., acredito que a posição correta a esse respeito é a de uma separação estrita entre a descrição dos aspectos formais (morfossintáticos) e os semânticos. Esse pressuposto condiciona toda a análise: segundo a posição que se tome frente ao problema, variam os próprios objetivos da descrição lingüística. Se se aceita que um dos objetivos principais da lingüística é explicar a relação que existe entre a forma e o significado, a separação metodológica dos dois aspectos se impõe (Perini, 2004 p313).

Para entendermos as divergências e as contradições acerca da gramática normativa, vejamos alguns conceitos de substantivo na visão de alguns autores.

Antunes (2003) aponta algumas questões gramaticais bastante relevantes para o objeto de estudo, a exemplo dos substantivos, para mostrar a funcionalidade da língua inserida nos textos. A autora aborda que o professor ao invés de pura e simplesmente apresentar o conceito de substantivo e pedir para grifá-lo em exercícios descontextualizados e fora da realidade do discente, deve dar atenção à função desempenhada por eles, ou seja, de referir-se a entidades e expressões que, com isso, garantem a clareza referencial do texto. Ainda de acordo com Antunes:

(...) deve-se levar em conta, sobretudo, a função referencial dos substantivos, ou seja, a função que os substantivos desempenham, na atividade do enunciador de referir-se a pessoas e coisas do seu universo de referência, ao longo do percurso do texto.(...) As coisas têm um nome e são referidas nos textos por esses nomes. Indicar adequadamente, para o nosso interlocutor, as coisas ou pessoas a que estamos nos referindo é uma das condições da clareza e da coerência dos textos. (Antunes; 2003:126)

É função de o professor levar o aluno a refletir sobre os aspectos das questões gramaticais através do estudo do texto, pois assim ele “explora as categorias gramaticais, conforme análise leva o aluno a perceber que o mais importante é a função que essa categoria desempenha para o sentido do texto e não somente a categoria gramatical em si”.(Antunes; 2003:121)

Perini, em seu livro *Sofrendo a gramática*, trata do assunto sobre a classificação das palavras na qual faz comparação com a classificação dos animais que, de acordo com seus hábitos e características, são inseridos em grupos determinados, e a outra dividida pelos gramáticos algo que muita das vezes não nos parece claro e bem definido. Para dar como exemplo de exceção e mostrar que essa divisão feita dos animais não é tão simples como parecem, ele cita o exemplo do ornitorrinco que mediante a forma com que fizemos a análise, diferente será a sua classificação. Vejamos: pode ser mamífero, pois amamenta seu filhote; possui pêlos entre outras. Porém, a temperatura do corpo depende da temperatura ambiente e bota ovos, o que poderia também receber classificação de réptil, nota-se, portanto que são imperfeitas essas separações.

Na linguagem, muitas vezes essa classificação não é bem definida o que torna seu estudo um tanto obscuro. Perini detém sua análise nas classes de palavras – substantivos, adjetivos e verbos, porém daremos ênfase às duas primeiras. Ele explica que a divisão em classes é uma questão de economia e que a mesma facilita o estudo delas.

Ao apresentar as definições tradicionais de substantivo (nome de coisa) que pode vir exercer papel de adjetivo (uma vez que expressa qualidade), ou vice-versa, ele expõe exemplos dentre os quais temos:

- (1) a. Uma palavra amiga (qualidade)
b. Um amigo fiel (nome de coisa)
- (2) a. Uma menina magrela (qualidade)
b. Essa magrela (nome de coisa)
- (3) a. Um homem trabalhador (qualidade)
b. Os trabalhadores (nome de coisa)

Com isso, o autor defende a não existência de distinção entre a classe dos “substantivos” e a classe dos “adjetivos”, uma vez que um substantivo pode assumir o lugar de um adjetivo e vice-versa, ou seja, um pode assumir o lugar do outro. É preciso fazer o aluno analisar a colocação de ambos no contexto, para então determinar se é uma ou outra, pois, “no momento em que uma palavra começa a ser usada com um novo significado, ela precisa mudar seu comportamento gramatical de acordo com sua nova função”.(Perini; 1997:45)

Perini afirma ainda que:

“(...) o que temos em mãos não são duas classes de palavras nitidamente diferentes, mas uma classe que possui potencialidades expressivas variadas, entre outras coisas, pode expressar nomes de coisas ou qualidades. E expressa uma ou outra dessas coisas no momento em que é necessário”. (Perini; 1997:46)

Também de acordo com Perini, no livro *Curso de gramática aplicada aos textos*, Infante coloca a necessidade de fazer apresentação da relação entre o substantivo e o adjetivo para assim então, conceituá-los. Para ele “substantivos e adjetivos apresentam muitas características semelhantes e, em muitas situações, a distinção entre ambos só é possível a partir de elementos fornecidos pelo contexto”. (2001:312)

Ainda no livro citado acima, Infante aborda a questão acerca da flexão de gênero dos substantivos, onde ele coloca que os substantivos pertencem ao gênero masculino e gênero feminino, sendo masculinos aqueles que antepomos o artigo o e feminino àqueles que antepomos o artigo a. De acordo com Infante, o uso das palavras masculino e feminino provoca confusão entre a categoria gramatical de gênero e a característica biológica dos sexos, e que para evitar tal confusão, ele define gênero como um fato relacionado com a concordância das palavras em seu relacionamento lingüístico. Logo, a palavra “pó, por exemplo, é um substantivo masculino pela concordância que estabelece com o artigo o, e não porque se possa pensar num possível comportamento sexual das partículas de poeira”.(INFANTE; 2001:287)

Para o autor, fazer relação do gênero ao sexo só faz sentido quando as palavras designarem pessoas e animais, mas, ”ainda assim essa relação não é obrigatória, pois há palavras, que mesmo pertencendo exclusivamente a um único gênero, podem indicar seres do sexo masculino ou feminino. É o caso de criança, palavra do gênero feminino que pode designar seres dos dois sexos”.

Nas gramáticas normativas, o conceito que se atribui ao substantivo é algo contraditório, pois suas definições não condizem com os exemplos estabelecidos por alguns autores. De acordo com livro “Descobrimo a Gramática”, o substantivo é abordado como “a palavra que dá nome às pessoas, aos animais, aos lugares, aos sentimentos, aos objetos, enfim, a todos os seres reais e imaginários” (2004 p.39).

Contudo, é irrelevante atribuímos a certas palavras o valor expresso dado pelas gramáticas, as quais nomeiam de acordo com os conceitos pré – estabelecidos. Vejamos o

exemplo do livro citado para entendermos tais incoerências. (a) O **brinquedo** é perigoso. Neste exemplo, o termo brinquedo não coincide com a definição atribuída pela autora, pois brinquedo não é um, ser, como a mesma afirma. Ainda em relação ao conceito de substantivo, Brito (1997) explicita que “trata-se de definição de base semântica em que o conceito de ser é de tal modo generalizado que perde sua razão de ser”. (1997, p.272). Analisaremos esse mesmo termo, brinquedo, numa outra situação: (b) A mulher trata o homem como um **brinquedo**.

Observamos agora que o termo “brinquedo”, de acordo com o contexto apresenta uma nova conotação, ou seja, assume uma nova função. No exemplo (a) a autora classifica o termo como sendo um substantivo, no entanto, em (b), vemos que a mesma palavra mudou seu comportamento gramatical, em decorrência do seu novo significado.

É notável a falta de clareza do conceito apresentado, o que mostra a inutilidade destes, que são impostos aos alunos como imutáveis.

Quanto ao gênero do substantivo, também encontramos outros equívocos colocados pelas gramáticas tradicionais como regras, o que ocasiona muita confusão e incoerência. Para Mattoso (2005), essa confusão acontece por dois motivos: a incompreensão semântica e a relação íntima que se faz com os seres, pois de acordo com ele “todo substantivo é privativamente masculino ou privativamente feminino”. Isto acontece porque para cada substantivo privativamente masculino haverá um privativamente feminino associado semanticamente a ele.

Continuando a análise do livro de Paschoalin, observamos que há contradição no gênero dos substantivos. Vejamos:

O feminino pode ser formado:

Pela troca da terminação **o** por **a**

menino – menina

gato – gata

garoto – garota

Essa formação apresentada pela gramática em estudo é muito caótica devido às incoerências que são repassadas. As desordens estão colocadas na flexão do gênero dessas palavras, pois no nome **menino**, citado acima, há uma ausência do sufixo derivacional, uma vez que esse termo é assinalado por um morfema zero, em oposição à feminina que é marcada pela desinência **a**, logo, não existe flexão de gênero. Para Mattoso, “o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino – feminino serve freqüentemente para, em oposição entre si, distinguir os seres por certas qualidades semânticas...” (2005, p.88).

É o caso, por exemplo, de mulher sempre será palavra feminina; ou o substantivo homem – sempre será masculino. Observe que o nome masculino não apresenta uma forma marcada, enquanto o feminino apresenta uma forma marcada pela desinência.

Citamos outros exemplos de mudanças de sufixos:

lobo - loba

boi – vaca

pai – mãe.

O que ocorre nesses casos é uma diferenciação de palavras, pois cada uma possui sua categoria semântica do gênero a que pertence, visto que o gênero não está associado ao sexo dos nomes, e sim, ao seu significado no contexto.

Muitas incoerências gramaticais precisam ser analisadas para que haja mudança radical na forma de trabalhar a gramática na escola. É preciso levar o aluno a pensar e a refletir sobre o funcionalismo da linguagem, ou seja, ao invés de professores imersos no tradicionalismo do ensino dar também espaço à gramática reflexiva. As mudanças acontecerão no momento que o professor se predispor a avaliar sua prática através de reflexões críticas acerca da mesma.

Sabe-se, que em meio a essa revolução, muitos educadores estão engajados às mudanças e às inquietações acerca de suas práticas pedagógicas e que não satisfeitos com o estudo das nomenclaturas e classificações gramaticais, estão dispostos a aceitar o desafio de formar cidadãos críticos e autônomos e a transpor os obstáculos encontrados ao longo do caminho.

Através desse trabalho pretendemos não condenarmos a gramática normativa e o seu uso em aula, e sim, a maneira pela qual vem sendo trabalhada por muitos professores que, atrelados ao tradicionalismo gramatical, e o modo como esses exercícios são expostos por esses livros que reforçam a prática dessa normativa, sentem-se inseguros em inovar a sua metodologia ao ponto de procurar uma forma mais produtiva de trabalhá-la.

Diante do quadro de incoerências citados nesse trabalho sobre a gramática tradicional e o uso desta na sala de aula, propomos que a partir dos próprios textos abordados em tais

gramáticas estudadas, e até mesmo produções textuais dos alunos, eles sejam utilizados não como pretexto pelos professores, uma vez que, através do trabalho com o texto o aluno toma consciência de sua linguagem, percebe os efeitos discursivos, observa os erros cometidos em seus textos e em textos alheios e procura solucioná-los, assim, o trabalho com a língua será muito mais prazeroso e significativo para o aluno, logo, o professor perderá esse receio de mostrar algo novo e o estudo de classes de palavras deixará de ser algo massacrante para os alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Irandé Costa. *Aula de português; encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino de gramática. Opressão? Liberdade?* 11 ed. São Paulo: Ática, 2002.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2004.
- BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC / SEE, 1997.
- BRITTO, Luís Percival Leme. *A sombra do caos; ensino de língua X tradição gramatical*. Campinas, Associação de Leitura do Brasil (ALB) / Mercado de Letras, 1997.
- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIACOMOZZI, Gilio / VALÈRIO, Gildete & REDA, Cláudia Molinari. *Descobrimo a Gramática*. São Paulo: FTD, 2004 – (Coleção descobrimo a gramática).
- INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 1999.
- INFANTE, Ulisses & PASQUALE, Cipro Neto. *Gramática da Língua portuguesa*. Scipione, 1999.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulcinelle. *O que é lingüística – Coleção Primeiros Passos*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986.
- PASCHOALIN, Maria Aparecida & SPADOTO, Neuza Terezinha. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1996.
- PERINI, Mario Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4ª ed., São Paulo, Ática, 2004.
- _____. *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática, 1997.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, Associação de Leitura do Brasil (ALB) / Mercado de Letras, 1996.